

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SCHUMPETER: UMA REVISÃO CRÍTICA¹

Luiz Moricochi²
José Sidnei Gonçalves³

1 - INTRODUÇÃO

Joseph A. Schumpeter nasceu em 1883 na Áustria. Doutorou-se em Viena em 1906, em 1907 conheceu Marshall e Keynes, em 1927 foi professor nas universidades de Cenati e Gras em seu país, assim como ministro das Finanças; em 1925 foi para a Universidade de Bonn, Alemanha, na época uma das mais importantes da Europa. Em 1932 foi convidado para lecionar em Harvard onde permaneceu até a sua morte em 1950 (SWEEZY, 1962).

Segundo o próprio Schumpeter suas principais obras são: *The Theory of Economic Development*, publicada em 1912, na qual estão inseridas as idéias básicas de seu pensamento econômico; *Business Cycles* (1939), na qual faz uma análise histórica, teórica e estatística do processo capitalista; *Capitalism, Socialism and Democracy* (1942); *Imperialismo e Classes Sociais* (1919); e *História da Análise Econômica* (3 volumes) (1964).

Fundador, juntamente com Irving Fisher, de uma Sociedade de Econometria e conselheiro de Clube de alunos que concluíram o curso de Economia, sobre ele escreveu Sweezy, seu ex-aluno e crítico: "era um mestre que estimulava sempre as idéias contrárias, para evitar a complacência de seus ouvintes... nunca evidenciou a mais leve inclinação de julgar os alunos ou colegas pela proporção em que concordava com ele. Keynesianos e Marxistas eram igualmente bem recebidos em seu círculo. Não lhe importava o que pensávamos desde que pensássemos. E todos que fossem afeitos às coisas do pensamento podiam contar com seu apoio à despeito de

discordâncias pessoais ou intelectuais" (SWEEZY, 1962).

Schumpeter era considerado como um dos quatro maiores economistas de sua época e por isso, com exceção de *Imperialismo e Classes Sociais*, todas as demais obras eram bem conhecidas. Segundo SWEEZY (1962), três são as razões principais pelas quais *Imperialismo e Classes Sociais* não era conhecida: 1) a sociologia anglo-americana não tinha interesse por assuntos como imperialismo e classes sociais; 2) devido à divisão estanque das Ciências Sociais, Schumpeter era considerado um economista que dificilmente teria algo de importante e profundo para dizer em assuntos dos domínios da Sociologia. Esse trabalho era, portanto, considerado uma incursão em terreno alheio, sem nenhuma relação com seus principais escritos sobre desenvolvimento e ciclos econômicos; e 3) por culpa do próprio Schumpeter que raramente mencionava esse trabalho, sendo até desconhecido pela maioria de seus alunos.

Foi somente a partir de 1942 com a publicação de *Capitalismo, Socialismo e Democracia* que se começou a aceitar Schumpeter também como cientista social no sentido amplo do termo. Todavia, pelas suas próprias palavras, a sociologia parece ter ocupado uma posição secundária em relação a outros interesses e passou, conseqüentemente, a fazer parte de seus planos não realizados até a sua morte.

O pensamento econômico de Schumpeter parece ter sido bastante influenciado por Marx e pelas descobertas que marcaram época na história econômica. De Marx parece ter herdado a visão dinâmica do processo de desenvolvimento, embora no

¹Recebido em 28/06/94. Liberado para publicação em 11/08/94.

²Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

campo ideológico poucos foram os que se opuseram ao marxismo com a mesma firmeza de Schumpeter, já que para analisar o processo econômico, usava instrumentos que se baseavam nos de economistas neoclássicos principalmente em Walras com sua teoria do equilíbrio geral. Por outro lado, as grandes descobertas como a máquina a vapor, o automóvel e a estrada de ferro, com seus efeitos diretos e indiretos, também teriam exercido grande influência em Schumpeter.

Schumpeter tem concepções próprias em relação a alguns pontos da análise econômica, que o distinguem dos demais neoclássicos, como, por exemplo, a questão da soberania do consumidor, dos determinantes do investimento e poupança (juros, lucros, salários), etc. Todavia, o que mais o distingue de seus colegas neoclássicos é a sua visão mais "geral" do processo de desenvolvimento, bem como o fato de ter sido o primeiro neoclássico a tentar uma explicação para o processo da variação econômica. Por essas formulações revolucionárias o pensamento schumpeteriano tem enorme contemporaneidade, o que mostra a importância de suas reflexões para procurar compreender os movimentos da modernidade. Este último ponto configura-se no objetivo deste trabalho de revisão crítica.

2 - VISÃO SCHUMPETERIANA DO DESENVOLVIMENTO

Alguém disse com ironia que "o desenvolvimento econômico é um tópico por demais importante para ser deixado exclusivamente aos economistas". É uma crítica, sem dúvida, à posição assumida pelos economistas tradicionais (clássicos e neoclássicos) que consideram apenas as determinantes imediatas da produção de uma economia, a saber: a) o nível tecnológico; b) quantidade e qualidade da força de trabalho; c) quantidade e composição do estoque de capitais; e d) natureza das condições dos recursos naturais. Dentro, portanto, dessa perspectiva, o ritmo de desenvolvimento depende do grau de utilização e da taxa de aumento desses vários tipos de fatores produtivos. Entre as dificuldades que surgem dessa posição está o problema da quantificação de muitas características dos fatores produtivos, considerados

relevantes no processo de produção. Essa dificuldade aumenta ao se tentar determinar as causas das variações entre os diferentes fatores produtivos. É que quando se tenta essa determinação, confronta-se invariavelmente com uma gama enorme de forças sociais, políticas e econômicas, as quais não podem ser ordenadas segundo uma hierarquia de causa e efeito, já que essas forças acham-se inter-relacionadas.

Essas dificuldades eram reconhecidas por esses economistas tradicionais. Mesmo assim, não houve preocupação por parte deles em formular uma teoria "geral" de desenvolvimento. Em vez disso, concentraram-se em um pequeno número de variáveis para a determinação da taxa de desenvolvimento. Dessa forma, consideravam como dadas, quer explícita ou implicitamente, certas condições referentes à natureza de outras forças que afetam o desenvolvimento. Obviamente, esse tipo de colocação implica em que a generalidade de suas análises depende da validade dessas condições supostas.

Quem, realmente, se preocupou com diligência em formular uma teoria verdadeiramente geral de desenvolvimento foi Marx que chegou a incluir em seu modelo inclusive as manifestações culturais. Nesse contexto, Schumpeter é considerado um economista razoavelmente "geral". Ele não tenta explicar todo o desenvolvimento econômico, mas somente aquele que se verifica no sistema capitalista. Em seu livro, "Teoria do Desenvolvimento Econômico", ele diz: "Devido a essa dependência fundamental do aspecto econômico de coisas sobre tudo mais, não é possível explicar uma mudança econômica através somente de condições econômicas prévias. Isso porque o estado econômico de um povo não emerge simplesmente de condições econômicas anteriores, mas somente de toda situação anterior..." (SCHUMPETER, 1957).

Schumpeter caracteriza o processo de produção "como uma combinação de forças produtivas que incluem coisas em parte materiais e em parte imateriais". No nível material, têm-se os fatores originais da produção, isto é, terra e trabalho de onde procedem todos os bens. As forças imateriais seriam "fatos técnicos" e "fatos de organização social" ou meio ambiente sócio-cultural. Mais especificamente, o meio ambiente sócio-cultural representaria todo o complexo social, cultural e institucional da sociedade.

de. Do ponto de vista econômico, esse "meio ambiente" especifica as regras dos jogos institucionais que devem ser observadas na alocação e distribuição. Isso indica, por exemplo, se a economia é principalmente competitiva ou monopolista, capitalista ou socialista, etc..." (ADELMAN, 1972).

Para esse mesmo autor, a função de produção de Schumpeter poderia ser escrita da seguinte forma: $Y = f(K, N, L, S, U)$. Nessa expressão, Y seria a produção, K representaria "os meios de produção produzidos" e não a sua noção de capital"; N seria os recursos naturais; L, a força de trabalho. Por sua vez, S e U representariam as principais forças que condicionam a produtividade dos fatores K, N e L. Assim S seria o fundo de conhecimento aplicado da sociedade e U representaria o meio ambiente sócio-cultural em que opera a economia, ou seja, o impacto das transformações sociais, culturais e institucionais sobre a produtividade da economia. É dessa forma o reconhecimento explícito de que a taxa de produção de uma economia não é um fenômeno puramente econômico. Permite, pois, ao economista discutir o impacto de alterações nos sistemas de valores subjacentes da sociedade, mudança no modo de organização da comunidade, modificações nas instituições tradicionais, etc. (ADELMAN, 1972).

Para Schumpeter esses cinco fatores não teriam os mesmos efeitos sobre a produção: os três primeiros termos seriam para Schumpeter os "componentes de crescimento" que apresentam não somente uma variação contínua no sentido matemático como também que essa variação ocorre a uma taxa que se modifica lentamente. Os dois últimos fatores, S e U, são os "componentes de desenvolvimento" que são responsáveis pelos "saltos" e "repentes" que se verificam no sistema econômico, sendo, portanto, os fatores mais importantes na concepção Schumpeteriana de desenvolvimento econômico.

3 - O MECANISMO DA VARIAÇÃO ECONÔMICA

Como foi visto, os economistas neoclássicos, tanto os anteriores quanto os contemporâneos de Schumpeter, não encaravam diretamente o problema do desenvolvimento econômico. Essa questão era

deixada em aberto pela teoria do equilíbrio econômico geral, a qual considerava imutáveis as técnicas de produção e as preferências dos consumidores. Nessas condições o sistema não poderia deixar de evoluir para um estado estacionário no qual o único aumento que se verificava era de natureza quantitativa em decorrência de um aumento da população e da disponibilidade de trabalho. Schumpeter, todavia, foi uma exceção entre os neoclássicos de sua época. Como diz SWEEZY (1962), "uma leitura cuidadosa de suas obras revela com clareza que o objetivo nada mais é do que expor inteiramente a anatomia da variação numa sociedade capitalista".

Antes de explicar o mecanismo da variação econômica, é preciso visualizar primeiro o que Schumpeter chama de "empresário", "inovação" e "capital". O "empresário" é o que promove inovações no processo produtivo. É um tipo puro, em abstração quanto ao seu ambiente econômico, podendo ser isolado e analisado independentemente das consequências de suas próprias ações, capaz de vencer as resistências psicológicas e sociais que o impedem de realizar coisas novas. Esse tipo de indivíduo que não deve ser confundido com o gerente ou inventor (embora possa ser também gerente e/ou inventor) é importante para Schumpeter devido a sua concepção dinâmica do processo. Contrariamente, ao pensamento neoclássico de que o desenvolvimento é um processo gradual e harmonioso, no mundo schumpeteriano ele se processa "aos saltos", de forma desarmoniosa, onde prevalece um elevado grau de riscos de incertezas. Assim, a ação de investir não é tarefa para um homem comum. É preciso que se tenha nestas condições um tipo de indivíduo especial, isto é, o empresário, talentoso e motivado, que seja capaz de perceber as oportunidades de realizar negócios rentáveis.

O empresário não seria motivado, apenas pelo desejo de lucro: "antes de tudo, há o sonho e a vontade de fundar um reino particular, geralmente, embora não necessariamente, uma dinastia também ...Depois há o desejo de conquistar; o impulso de lutar, para provar a si mesmo que é superior aos outros, ter sucesso, não pelos frutos que podem daí advir, mas pelo sucesso em si... Finalmente há a alegria de criar, de realizar as coisas, ou simplesmente de exercitar sua energia e engenhosidade" (SCHUMPETER, 1957).

Nesse aspecto também é fundamental a diferença pela concepção schumpeteriana entre "empresários" e "capitalistas". Todos os empresários seriam capitalistas mas não necessariamente a recíproca seria verdadeira. A concepção de empresário fica destinada na teoria de Schumpeter ao ajuste que rompe com o "fluxo circular" e dessa maneira promove o avanço do processo de desenvolvimento. Embora movido pela busca de reprodução de seu capital obtendo lucro, esse empresário tem a visão de **enviá-lo** mais além da estagnação depois do fluxo circular no qual os simples capitalistas atuam numa postura visivelmente conservadora. No pensamento schumpeteriano, a presença de empresários no seio da classe capitalista é fundamental ao desenvolvimento econômico pois estes têm sempre em perspectiva a busca da inovação.

Para Schumpeter, "inovação" significa "fazer as coisas diferentemente no reino da vida econômica". As inovações podem ocorrer da seguinte forma:

a) introdução de um novo bem não familiar aos consumidores ou então de nova qualidade de um certo bem;

b) introdução de um novo método de produção - método ainda não experimentado dentro de certo ramo produtivo, mas que não precisa obrigatoriamente derivar de qualquer descoberta científica;

c) abertura de um novo mercado, ou seja, um mercado em que o produto de determinada indústria nunca tivera acesso antes, independente deste mercado ter ou não existido anteriormente;

d) descoberta de uma nova fonte de matéria prima ou de produtos semi-acabados, também, independente desta fonte ter existido ou não anteriormente; e

e) reorganização de uma indústria qualquer, como a criação ou a ruptura de uma posição de um monopólio.

Finalmente, "capital" não é o estoque de bens reais de uma comunidade, mas sim, uma reserva monetária que capacita ao empresário ter o "poder de controle" sobre os fatores de produção, deslocando-se dos velhos empregos e canalizando-os para os novos usos que a inovação exige. É "aquela soma de meios de pagamento que está disponível a qualquer momento a ser transferido aos empresários". Esses recursos de capital são conseguidos nos bancos criadores de crédito. Segundo NAPOLEONI (1973), o crédito

desempenha, no sistema schumpeteriano, o mesmo papel que uma autoridade planejadora desempenha numa economia centralizada: nesta economia, através de uma ordem da autoridade, os recursos são desviados do emprego corrente para novas formas de utilização e na economia capitalista o crédito nas mãos do empresário permite que o mesmo utilize para seus fins parte da riqueza do sistema.

No modelo schumpeteriano o papel reservado ao crédito representa um nítido desvio das tradições clássicas e neoclássicas. Para os economistas tradicionais o aspecto "real" da economia era analisado pressupondo-se uma oferta monetária determinada ou uma oferta que respondia de forma passiva às mudanças que se observam na produção de bens e serviços de modo que o nível geral dos preços permanecia constante. Para eles o dinheiro não tinha papel significativo e independente na determinação das variáveis reais do sistema. Somente após estudar essas forças atuantes no sistema é que eles introduziam variações na oferta monetária. Assim, suas análises apenas explicavam como essas variações na oferta monetária afetavam o nível geral dos preços na economia, ignorando por completo seus efeitos sobre as variáveis reais básicas. Só depois que Keynes publicou em 1936 sua "Teoria Geral" é que a maioria dos economistas concordou que havia tomado uma posição errônea quanto a essa questão. Todavia, Schumpeter já no começo do século sentia esta falta de adequação.

Visto os conceitos de empresário, inovação e capital, pode-se considerar o mecanismo de variação econômica propriamente. O ponto de partida de Schumpeter é uma economia que se encontra em equilíbrio, semelhante ao equilíbrio walsariano; a economia encontra-se num estado também chamado de "estacionário", que se caracteriza pela ausência da variação (ou desenvolvimento) embora não necessariamente o crescimento. O sistema econômico nesse estado é também chamado de "fluxo circular", pois é uma repetição constante de um ciclo sempre idêntico a si mesmo. A produção se caracteriza por uma atividade de pura rotina: as empresas produzem sempre os mesmos tipos e quantidades de bens; os fatores são combinados sempre da mesma forma.

O início do processo de desenvolvimento se inicia com a ruptura do "fluxo circular" e isso se

verifica precisamente no lado da produção com a alteração dos velhos sistemas de produção. É aqui que entra em cena o empresário com as características já mencionadas. As oportunidades para a introdução de inovações são percebidas pelo empresário, o qual recorre ao sistema bancário criadores de crédito que financia as inovações, fazendo "uma incursão na corrente circular"⁴. Os inovadores são logo seguidos por outros inovadores e o equilíbrio estacionário é rompido. Os preços e as rendas monetárias se elevam quando o gasto empresarial se infiltra no sistema econômico.

O excesso de inovações que surge determina, então, o aparecimento do que Schumpeter chamou de processo de "destruição criadora": as velhas empresas verificam que seus mercados foram destruídos ou reduzidos pelo aparecimento de produtos competitivos vendidos a preços menores. Assim, essas empresas ou vão à bancarrota ou são obrigadas a aceitar posição de menor importância no mercado. A economia tende então a entrar em recessão, com declínio da atividade inovadora. Essa recessão é intensificada mais ainda com a necessidade de resgate dos empréstimos bancários que forçam os preços e a renda monetária a caírem. Todavia, os efeitos da destruição criadora e a queda dos preços e rendas monetárias, decorrentes da necessidade de resgate dos empréstimos, não são suficientes para provocar uma depressão em larga escala e, portanto, antes que transcorra muito tempo o clima pode se tornar propício para novas atividades empresariais.

O que é então responsável pela depressão em larga escala? Segundo Schumpeter é a cessação das atividades na onda secundária. Quando são injetados recursos na economia para financiamento das inovações, os preços se elevam e quando há expectativas de inflação, aumentam os gastos dos consumidores, encorajando as firmas antigas a realizarem também investimentos na expectativa de os preços continuarem subindo. Em termos quantitativos, esse investimento imitativo pode ser maior do que o investimento para inovação e é também financiado por empresários bancários. Pois bem, nos estágios inici-

ais do auge do processo essas elevações de preços realmente se verificam, porém, uma vez que o processo de "destruição criadora" passa a frear a onda primária, esses investimentos secundários sofrem um colapso, provocando assim um forte movimento descendente e acumulativo da atividade econômica, caracterizando a depressão em larga escala. Schumpeter acreditava que teoricamente era possível que o sistema jamais se recuperasse. Todavia, o caso geral, era uma volta ao equilíbrio e ao pleno emprego antes que ocorresse muito tempo. Uma vez restabelecido o equilíbrio, o palco estaria preparado para novas atividades empresariais e, portanto, a uma repetição do ciclo.

O novo ponto de equilíbrio encontra-se numa posição mais elevada do que aquela em que se encontraria inicialmente, pelo aumento, em termos reais, tanto da renda nacional como da renda per capita; além do mais, todos os grupos funcionais de renda da sociedade se beneficiariam. Para FURTA-DO (1961) a teoria de Schumpeter é complemento à teoria do equilíbrio geral de Marshal, ao estabelecer que o novo ponto de equilíbrio se atinge numa posição mais elevada, através de bruscas modificações, já que para Marshal o deslocamento do sistema se verifica no mesmo plano. Na teoria schumpeteriana o lucro apareceria da passagem do sistema de um plano para outro através das inovações.

Como se conclui, para Schumpeter, os ciclos econômicos não são um aspecto acessório do desenvolvimento no sistema capitalista, mas uma condição *sine qua non* para que o desenvolvimento se manifeste. Segundo ele, o período compreendido entre o momento em que se introduz uma inovação e o momento em que ela começa a produzir mercadorias que caem no mercado varia com a natureza da própria inovação, daí a existência de ciclos de periodicidades diferentes. Schumpeter cita três tipos de ciclos: o primeiro, chamado de "ondas longas" (ou ciclo de Kondratieff) tem um período variável de 54 a 60 anos (destes, o primeiro verificado historicamente vai de 1783 a 1842 e o segundo de 1842 a 1897); o segundo tipo de ciclo tem duração de 9 a 10 anos (ciclos de Juglar); e, finalmente, o terceiro tipo com duração de 40 meses (ciclo de Kitchin).

⁴Poder-se-ia pensar que as inovações fossem financiadas não mediante o crédito, mas através da poupança. No estado estacionário schumpeteriano, no entanto, não há poupança.

4 - DESTINO DO CAPITALISMO

Como Marx, Schumpeter, também preconizava a destruição do capitalismo. Para Schumpeter, o próprio sucesso do capitalismo acaba no final não só solapando as instituições que o protegiam, mas também contribuindo para a emergência da civilização socialista (SCHUMPE-TER, 1961). As causas da autodestruição do capitalismo seriam:

a) A Função Empresarial com o Tempo fica Obsoleta

Após vencer as resistências iniciais, as inovações tornam-se uma atividade rotineira. As funções inovadoras passam então a ser desempenhadas não só por um empresário individual, mas tornam-se funções despersonalizadas e rotineiras levadas a efeito por uma burocracia de especialistas e diretores bem treinados dentro das grandes unidades produtoras. Tanto a comercialização quanto a administração são realizadas por processos automáticos bem estabelecidos. Os consumidores estão condicionados a novos bens, aceitando-se como fatos consumados. Os empresários no sentido schumpeteriano de diretores únicos e individuais vêm usurpados sua função econômica. Sem um papel econômico, o empresário e toda classe burguesa, que também depende da atividade empresarial, perdem a sua função social.

b) Destruição das Instituições Capitalistas Básicas que são a Propriedade Privada e a Liberdade de Contrato

Os fundamentos básicos das instituições capitalistas - propriedade privada e liberdade de contrato - são enfraquecidos e até destruídos nas grandes unidades empresariais. Nessas grandes empresas o papel do proprietário é frequentemente realizado por um grupo de gerentes profissionais e assalariados e o específico interesse de propriedade é substituído por grandes e pequenos acionistas. Nessa situação, o grupo de direção tende a adotar uma atividade de empregado e não se identifica com os interesses dos acionistas; estes, por sua vez, estão divorciados da direção ativa perdendo as atitudes essenciais de interesse de propriedade. Há também o enfraquecimento da liberdade de contrato, isto é, os acordos ao invés de serem diretos entre proprietários

e operários, são realizados entre a "gerência de negócio" e a "gerência de união".

c) Aniquilamento do Grupo que Protegia o Capitalismo na Esfera Política

Sabe-se que paralelamente ao aparecimento do capitalismo surgia também a Monarquia como forma de governo, após dominar a aristocracia latifundiária no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII. Esses monarcas apoiaram politicamente o aparecimento dos industriais e comerciantes em troca do apoio econômico. À medida que esses industriais e comerciantes foram se tornando mais poderosos e suas atitudes racionalistas infiltrando-se em todos os setores da atividade humana, eles conseguiram se apoderar do poder político e implantaram amplas reformas baseadas em seu comportamento racionalista. Para Schumpeter, todavia, esse grupo não estava capacitado para governar: "não há, seguramente, nenhum indício de qualquer encanto místico emanando deles (o industrial e comerciante) que é o que realmente importa para a liderança. Os meios racionais são insuficientes para tratar com êxito os problemas políticos nacionais e internacionais com que se defrontam constantemente os governantes.

d) O Capitalismo Cria uma Classe de Intelectuais-Descontentes que Constantemente Hostiliza a Ordem Social Vigente

Esses intelectuais encontram no capitalismo um ambiente mais propício para exercer a sua profissão que é a crítica - crítica a pessoas, a acontecimentos correntes, às classes e instituições. O fato se agrava mais, pois, com o correr do tempo esse número se eleva tanto e os intelectuais não encontram assim oportunidades de emprego suficientes em termos de seu preparo e aspirações. Essa classe de intelectuais descontentes lidera também uma outra criação do sistema capitalista que é o movimento trabalhista. O resultado dessa interação é a decomposição da estrutura política em que se assenta o capitalismo.

e) Desintegração da Família Burguesa

O espírito racionalista rompe os valores familiares e também leva a uma tendência de se constituir famílias menores, com a conseqüente tendência de diminuir a acumulação, fator essencial para a sobrevivência do capitalismo.

5 - CRÍTICAS À TEORIA DE SCHUMPETER

MEIER & BALDWIN (1968) e BARAN & SWEEZY (1966) criticam o fato de Schumpeter considerar as inovações como a principal causa das crises. MEIER & BALDWIN (1968) consideram a explicação de Schumpeter inadequada e argumentam que nos últimos anos têm ocorrido inovações que, quantitativamente, talvez tenham sido mais importantes do que as inovações que ocorreram nos últimos 200 anos, e que parecem ter contribuído para a formação do pensamento Schumpeteriano. No entanto, o impacto econômico foi bem menor, porque as empresas modernas são bem maiores e subdivididas em várias unidades econômicas que conseguem assim amortecer os efeitos destruidores da inovação.

BARAW & SWEEZY (1966) também afirmam que no capitalismo monopolista existe pouco da "destruição criadora" de Schumpeter: "... no capitalismo monopolista o ritmo pelo qual as novas técnicas substituirão as velhas será mais lento do que a teoria econômica tradicional nos leva a supor ... há muito pouco da destruição criadora" que Schumpeter considera a principal força dinâmica da economia capitalista".

SOLO (1951) não concorda com a afirmação de Schumpeter de que a firma que não inova não sobrevive. Isso nem sempre é verdade. A inovação pode ser considerada como apenas um dos esforços da firma para sobreviver. Há casos, todavia, em que uma firma que está inovando é deslocada por outra que não inova, mas que dispõe de maior poderio econômico ou capacidade e habilidade de venda. Assim, para SOLO (1951), a concepção de Marshall, segundo a qual "uma firma para sobreviver, luta com todas as armas ofensivas de que dispõe parece ser mais pertinente do que a ênfase dada por Schumpeter à inovação".

Outra crítica da visão schumpeteriana é formulada por FURTADO (1961). Para ele existe uma falsa universalidade na teoria de Schumpeter. É rejeitado o espírito de empresa como uma categoria abstrata, independentemente do tempo e de toda ordem institucional. Para Schumpeter o empresário seria fenômeno de todas as organizações sociais, da socialista à tribal. O desenvolvimento de uma sociedade

capitalista industrial (Schumpeter estudou mais a sociedade capitalista) é um fenômeno que tem suas características próprias que a diferenciam de qualquer outra sociedade.

Para FURTADO (1961) a teoria de Schumpeter seria mais uma teoria do lucro do que uma explicação do progresso econômico. Schumpeter ao afirmar que o crescimento é gradual enquanto que o desenvolvimento se faz por saltos, dá uma idéia um pouco vaga do desenvolvimento. É mais uma teoria do lucro porque explica que o mesmo aparece no deslocamento do sistema de um plano para o outro através das inovações. Por outro lado, não é muito claro o conceito de "novas combinações ou inovações", uma vez que considera uma situação de monopólio como uma "nova combinação". Portanto, não é um conceito envolvendo necessariamente a idéia de redução de custos, aumento de produtividade, inovação tecnológica, etc. Ademais, segundo a crítica furtadeana, o empresário schumpeteriano, ao contrário de outros personagens que se beneficiam também de elevadas rendas, está sempre ligado ao processo produtivo. Toda sua vida, pública e privada, está marcada por este fato; suas energias e inteligência são canalizadas para o problema da produção. Sendo assim, por que não partir da observação corrente que mostra o empresário organizador da produção como um indivíduo que tem um lucro em perspectiva? À medida em que se eleva a renda do empresário, os gastos em consumo passam a ser um elemento totalmente secundário, independente das flutuações dos níveis de renda. À essa altura o grande problema do empresário passa a ser onde aplicar suas rendas que se elevam anualmente (FURTADO, 1961).

Também a inovação não seria necessariamente fruto do espírito empresarial como sugere Schumpeter. Pode ser, ao invés disso, o resultado dos esforços da empresa no sentido de encontrar aplicações para os recursos que se lhes acumulam automaticamente. Um exemplo seria o caso de, dentro de certos limites, a produtividade aumentar e os custos se reduzirem simplesmente com o aumento na escala de produção. Não se exigiu nenhum espírito inovador de um empresário. O aumento de produtividade foi uma decorrência natural da acumulação de capital. Para Celso Furtado, embora

reconhecendo que as inovações schumpeterianas constituem elemento dinâmico do processo de desenvolvimento, a espinha dorsal desse processo não está na inovação e sim na acumulação de capital. Argumenta, por exemplo, que para a introdução de um tear automático se requer a convergência de determinadas condições, que possam justificar economicamente o seu uso. No caso em questão, é necessário que o salário tenha atingido determinado nível, o que pressupõe para a economia como um todo um certo avanço no grau de acumulação de capital (FURTADO, 1961).

De todas as críticas a Schumpeter, as de SWEEZY (1962) parecem ser as mais consistentes. Enquanto os demais se limitaram a criticar as conclusões, Sweezy foi ao centro da questão, ao fazer a crítica ao "fluxo circular" de Schumpeter, ponto de partida de sua teoria. No "fluxo circular" está ausente o fator de variação. E o mais importante é que nesse "fluxo" não existe a classe de capitalistas. A sociedade está dividida em apenas duas classes que são os donos da terra e os demais, sendo que todos têm acesso igualmente ao capital. Ninguém tem interesse em acumular riqueza. Tudo o que é produzido é consumido, nada restando para poupança e acumulação. A riqueza por si não permite acesso à classe superior que é a dos donos de terra, já que a mesma é um bem hereditário. Além do mais, no "fluxo" a taxa de juros é zero e, portanto, o valor da terra seria infinito. Ora, se não há interesse por parte de ninguém em poupar é perfeitamente válida para Sweezy a idéia de Schumpeter de retirar do "fluxo" a acumulação. Assim, o empresário schumpeteriano passaria a ser a causa mais importante da variação e a acumulação seria uma consequência.

O ponto de vista alternativo para SWEEZY (1962) seria partir também de um sistema econômico estacionário, mas que além dos donos da terra e trabalhadores exista também a classe dos capitalistas. Numa economia assim, em que os capitalistas é que têm o controle exclusivo sobre os meios de produção, existe um forte motivo para acumular riqueza. O prestígio social já não é mais o monopólio de quem tem a terra, mas também daqueles que têm riqueza acumulada que lhes permite inclusive ter acesso à classe dos donos de terra. Assim, nesta economia existe não só excedentes dos quais é

possível acumular, mas também há fortes motivos para fazê-lo e, dessa forma, tanto os excedentes como a acumulação estão continuamente fazendo pressão no sentido de variação econômica.

Interessante é que SWEEZY (1962) não afirma que para produzir a variação não é necessária a presença de um empresário do tipo schumpeteriano para vencer as resistências à inovação. "Não se pode negar que tais resistências existam, mas numa estrutura capitalista as pressões para inovar são maiores do que as pressões para não inovar e assim na maioria das vezes o inovador típico passa a ser um instrumento das relações sociais em que se acha inserido o que é forçado a inovar sob pena de ser eliminado".

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONTEMPORANEIDADE DA TEORIA SCHUMPETERIANA

A análise das transformações atuais da sociedade capitalista traz à tona uma série de questões tratadas na teoria schumpeteriana do desenvolvimento econômico. O primeiro ponto diz respeito à derrocada do "socialismo real" concebido como o sistema de economia planificada do bloco da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nesse aspecto os liberais poderiam argumentar que Schumpeter teria se equivocado profundamente ao propugnar pela superioridade do socialismo sobre o capitalismo. Entretanto, nada indica que a derrocada do socialismo seja definitiva mas apenas que o modelo adotado estava eivado de incongruências, e da mesma maneira não há como afirmar categoricamente que o triunfo do capitalismo seja definitivo e o modelo de sociedade imutável. Por outro lado, Schumpeter referia-se a uma realidade na qual reinaria a ausência de empreendedores e nada indica que isso tenha se manifestado, daí não estarem compostos os pré-requisitos para a crise do capitalismo na acepção schumpeteriana.

Exatamente pela ação desses empresários no processo de irradiação da 3ª Revolução Industrial, provocando mudanças em vários ramos da atividade econômica, a teoria schumpeteriana ganha contemporaneidade. As inovações tecnológicas

como a informática embarcada e a biotecnologia problematizam o padrão tecnológico vigente, provocando reorganizações produtivas profundas nas plantas industriais e na agropecuária, recolocando o problema da escala e problematizando a standardização fordista, levando ao extremo a diferenciação de produtos. Mais que isso, inovações gerenciais associadas a um sistema financeiro em ampla expansão, inundando os mercados de novos papéis, ampliam o universo das transformações das empresas e, desse modo, magnificam as ponderações de que as novas formas superam as velhas num movimento de "destruição criadora". Se não houverem outras razões para recolocar a leitura de Schumpeter na ordem do dia das discussões econômicas, essas já representam o suficiente.

LITERATURA CITADA

- ADELMAN, Irma. **Teorias do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Forense, 1972.
- BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961. 272p.
- MEIER, Gerald M. & BALDWIN, Robert E. **Desenvolvimento econômico: teoria histórica, política**. São Paulo, Mestre Jou, 1968. 766p.
- NAPOLEONI, Cláudio. **A teoria econômica no século XX**. Rio de Janeiro, Presença, 1973.
- SCHUMPETER, Joseph A. **The theory of economic development**. Cambridge, Harvard University. 1957.
- _____. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- SOLO, Carolyn S. Innovation in the capitalist process: a critique of the Schumpeterian theory. **Quarterly Journal of Economics**, Londres, **65**(3):417-428, Ago. 1951.
- SWEEZY, Paul. **Teóricos e teorias da economia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SCHUMPETER: UMA REVISÃO CRÍTICA

SINOPSE: O trabalho procura realizar uma revisão da teoria de Schumpeter destacando as principais contribuições desse autor à teoria econômica, mostrando sua visão de desenvolvimento econômico notadamente para análise do processo de inovação tecnológica. Em seguida, apresenta as principais e mais consistentes críticas às formulações schumpeterianas e, para finalizar, dá-se realce à contemporaneidade de suas idéias.

Palavras-chave: Schumpeter, desenvolvimento econômico, tecnologia.

SCHUMPETER'S ECONOMIC THEORY OF DEVELOPMENT: A CRITICAL REVISION

ABSTRACT - This study review Schumpeter's theory emphasizing the more relevant contributions to economic theory, showing it's economic development sight; notably to the analysis of the technical inovation process. It also introduces main and more consistent critiques to Schumpeterian prescriptions and finishes emphasizing the contemporaneousness of his theory.

Key-words: Schumpeter, economic development, technology.